

## AS GRAMÁTICAS E A TRADIÇÃO NA TERMINOLOGIA VERBAL

João Bortolanza (UFU e ABRAFIL)  
[jbortolanza@uol.com.br](mailto:jbortolanza@uol.com.br)

A incoerência da terminologia gramatical vem sendo sistematicamente criticada, mas a camisa de força da NGB, ou antes, da arraigada tradição, obriga a conformar o ensino aos termos consagrados. No caso específico do estudo dos verbos, urge refletir e tomar medidas. Proponho-me nesta palestra voltar a retomar uma reflexão começada no XI CNLF, que poderíamos sintetizar neste trecho, republicado no n. 45 da *Philologus*:

O que me intriga, e a cada ano que passa mais ainda, é tentar desvendar por que os falantes da língua passam tantos anos na escola “aprendendo o Português” – que já sabem – e sentem tamanha dificuldade em aprender os Verbos – que também já sabem. Por outro lado, o sistema verbal é tão extenso, tão complexo, tão complicado, que até uma simples criança o apreende.

Creio que a raiz do problema está no fato de a tradição gramatical ter consagrado uma terminologia que, com poucas modificações, vem sendo repetida ao longo dos tempos e dos textos, mantendo imprecisões e contradições.

Pretendo abordar algumas questões que me parecem cruciais:

1. Omissão da categoria Aspecto e incoerência no uso dos termos perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito.
2. Exclusão dos tempos que deixaram de ser flexionais, dado o caráter analítico do Português pela sua origem no Latim Vulgar e a ambiguidade na denominação dos tempos compostos.
3. As Formas Nominais, em que a incoerência se revela mais contundente.

Há tempo se faz necessária uma reflexão maior que vá às raízes do problema: não é possível que o aluno entre na escola já sabendo verbos e, após longos anos de estudo, conclua que não domina o complexo sistema verbal. O problema não pode ser tributado ao aluno nem mesmo ao professor, atinge todo um sistema que, apesar das contribuições dos estudiosos, continua a repetir-se teimoso e implacável, atingindo bem ou mal a todos os que tratamos desse tema.

### **1. Omissão da categoria Aspecto e incoerência no uso dos termos perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito.**

Não há como desconhecer a origem latina de nosso sistema verbal, que, apesar dos séculos, das variações e da vigilância dos gramáticos, se manteve com pequenas diferenças. A principal dessas diferenças é sem dúvida um evidente aspecto analítico frente à sinteticidade do Latim, aliás uma característica da modalidade Latim Vulgar face à outra, o Latim Clássico. Um progressivo esvaziamento semântico dos verbos ditos auxiliares tornou-os integrantes ao verbo, com valor similar às flexões, a começar pelo verbo *Sum* na formação dos tempos do *Infectum* da voz passiva, que simplesmente equiparou-se ao que já se consolidara no *Perfectum*. Venho propondo há mais tempo se confrontem o *terminus a quo* e o *terminus ad quem* conforme a TABELA 1.

Com essa tabela, assinala-se um paralelo entre o Latim Clássico e o Português, em que, embora neste não haja diferenciação de radical – salvo os verbos ditos, por isso, irregulares – há uma consonância entre ambos. A começar pelo Aspecto: há uma nítida separação entre o concluso (*perfectum*) e o inconcluso (*infectum*), com correspondentes tempos Presente Ø, Pretérito (anterior) e Futuro (posterior).

A terminologia gramatical parece desconhecer essa categoria, pelo menos no que se refere aos paradigmas verbais. Algumas pistas poderiam ser encontradas cá e lá, para uma reflexão mais radical. Como afirma Maria Luiza Corôa, em seu livro *O Tempo nos verbos do Português*, ao tratar da

“Interpretação Aspectual”, no item 3.4, “[...] a duração não é a marca relevante do aspecto, isto é, não é o momentâneo *versus* o durativo que caracteriza o *aspecto*, mas o perfectivo (concluso) *versus* o imperfectivo (inconcluso)” (CORÔA, 2005, p. 73). Ou, como se lê em Bechara: “Segundo Jakobson, [o Aspecto] assinala a ação levada até o fim, isto é, como conclusa (perfeita) ou inconclusa (imperfeita). Certas espécies de ação, como *durativa*, *incoativa* (*ingressiva*), *terminativa*, *iterativa*, etc., são apenas subdivisões desta categoria” (BECHARA, 2001, p.212).

TABELA 1: *Infectum*, e *Perfectum* em Latim e em Português

	<u>INFECTUM</u> (Imperfeito)		<u>PERFECTUM</u> (Perfeito)	
	↓		↓	
	<u>Indicativo</u>	<u>Subjuntivo</u>	<u>Indicativo</u>	<u>Subjuntivo</u>
∅ Presente	<b>AM-O</b> <u>amo</u>	<b>AM-E-M (I)</b> <u>que ame</u>	<b>AMAV-I</b> <u>amei (tenho amado)</u>	<b>AMAV-ÉRI-M</b> <u>que tenha amado</u>
Preterito	<b>AMA-BA-M</b> <u>amava</u>	<b>AMA-RE-M</b> <u>que amasse</u>	<b>AMAV-ÉRA-M</b> <u>amara (tinha amado)</u>	<b>AMAV-ISSE-M</b> <u>que tivesse amado</u>
Futuro	<b>AMA-B-o</b> <u>amarei</u>	<b>ama-b-o</b> <u>se amar</u>	<b>AMAV-ÉR-O</b> <u>terei amado</u>	<b>amav-êr-o</b> <u>se tiver amado</u>
Condicional	<b>amaria</b>	<b>AMA-RE-M</b> <u>se amasse</u>	<b>AMAV-ISSE-M</b> <u>teria amado</u>	<b>se tivesse amado</b>

As noções de Tempo e Aspecto estão nessa nossa Língua de mais de dois milênios intimamente entrelaçadas. E a noção de acabado ou inacabado passeia pelo tempo, como se pode ver quanto ao futuro perfeito nesse exemplo (1):

**(1) Quando colarmos grau, já TEREMOS CURSADO todas as disciplinas exigidas.**

É evidente aqui a “existência” desse tempo “futuro perfeito”, que não pode ser confundido com um simples “futuro do presente composto”.

Compare-se com o exemplo (2)

**(2) CURSAREMOS estas disciplinas todas para podermos colar grau.**

Em ambos os exemplos estamos no tempo futuro, e a diferença está no Aspecto, acabado no item (1): futuro quanto às disciplinas a serem cursadas, mas anterior e já concluído, quando da realização do evento principal, a colação de grau. Não há como desconhecer a existência do aspecto em Língua Portuguesa e não se explica por que venha tão sistematicamente silenciado. Estamos diante de um nítido “Futuro Perfeito”, que nada tem a ver com o esdrúxulo Futuro do Pretérito.

Em criança, quando expostos ao caótico da fala circundante, soubemos proceder por etapas, no desafio de identificar os sons constitutivos da linguagem, para depois imitá-los e reproduzi-los de modo significativo. Balbuciamos os primeiros sons, as primeiras as palavras. Havia, porém uma barreira a transpor, os verbos, de uma multiplicidade de formas e indispensáveis à fala. E, professores de nós mesmos, fomos identificando as categorias primárias, no desafio da esfinge “decifra-me ou mudo ficarás”: a Conjugação e o Aspecto constituem o alicerce. Assevera-o também Matoso Câmara Jr.: “O primeiro sistema, mais simples, é o usual na língua oral, opõe apenas, entre si, um presente e um pretérito” (2006, p. 100).

Quando a criança emprega os primeiros verbos, opõe as formas do Presente “Imperfeito” e do “Presente” Perfeito:

“Como/comi; come/comeu”,

já estabelecendo a diferença das categorias:

“Gosto/gosta e como/come”

*versus*

“gostei/gostou e comi/comeu”.

Se repararmos, são formas “zero”, sem as desinências modo- -temporais dos outros tempos verbais, ou mesmo das formas analíticas, como no caso do próximo tempo, dentro do

aspecto inacabado

“Vou/ vai comer” ou “Vou/ vai chorar”,

mas o que importa primeiro é o aspecto de ação inconclusa ou conclusa.

Não decorrerá muito tempo e a criança, já falante competente, dominará o essencial do sistema verbal, já sabe falar e, mal sabe ela, a escola a espera “para lhe ensinar verbos” e, pior, que nunca conseguirá aprendê-los. É que, mal sabe ela, o elemento básico do Aspecto normalmente sequer é mencionado. Às vezes, encontra-se alguma referência, embora, a meu ver, não incorporada à conjugação verbal propriamente dita:

AS CATEGORIAS DE “TEMPO” E “ASPECTO” COSTUMAM ANDAR GERALMENTE LIGADAS NO PORTUGUÊS e nas demais línguas românicas, quer se trate de formas simples, quer também de formas perifrásticas, também chamadas locuções verbais. A pura definição temporal e o *tempo* aludem à posição da ação verbal no percurso; a determinação aspectual alude à maneira de considerar a ação verbal no tempo (grifos meus) (BECHARA, 2001, p. 213)

Ou na teorização das “Características do Aspecto”:

Um *subevento* é, então, qualquer dos estados intermediários de um evento, inclusive o inicial e o terminal. A interpretação temporal foi dada no Capítulo 2 deste trabalho como a quantificação lógica de três construtos teóricos, MF, ME e MR, ligados ao aspecto como um todo. Paralelamente, *aspecto* será, então, a quantificação dos subeventos de um evento, O QUE MANTÉM *TEMPUS* E *ASPECTO* ESTREITAMENTE LIGADOS ENTRE SI E AMBOS À NOÇÃO TEMPORAL (grifos meus) (CORÔA, 2005, p. 73)

Essa ligação originária de Tempo-Aspecto, com suas poucas menções, parecem não fazer eco: as contradições e as imprecisões da nomenclatura só fazem refletir a falta de entendimento a fundo do sistema verbal, onde as categorias de Tempo-Modo e Aspecto se entrelaçam com as categorias temáticas ou conjugações, e com as de Pessoa-Número e Voz. Flexões múltiplas e formas analíticas combinam-se e sistematizam-se completas, tão semelhantes à estruturação

clássica de sua origem latina.

Primeiramente, as noções de Presente, Passado e Futuro merecem incorporar as noções de simultaneidade, anterioridade e posterioridade, para darem espaço ao Aspecto. Quem diz Perfeito não diz o mesmo que Pretérito, pois se combinarmos Tempo Pretérito com Aspecto Perfeito, o que se tem é o dito Pretérito Mais-Que-Perfeito. Há um Presente Imperfeito (3) e um Presente Perfeito (6), assim como há um Futuro Imperfeito (5) e um Futuro Perfeito (7).

**(3) Um lobo ENCONTRA um cordeiro.**

**(4) O cordeiro lhe SUJAVA a água?**

**(5) O lobo IRÁ DEVORÁ-lo (o devorará).**

**(6) O cordeiro ARGUMENTOU:**

**(7) TERÁ FALADO mal dele antes de nascer?**

**(8) Então isso não TINHA ACONTECIDO  
(não acontecera)**

Não seria o dito “Pretérito Mais-Que-Perfeito” o verdadeiro “Pretérito Perfeito”? O Perfeito concluso (6) “O cordeiro argumentou” liga-se ao seu Pretérito concluso em tempo anterior: “Então isso não tinha acontecido”.

Não se poderiam confundir os termos “Pretérito” e “Perfeito”, pois Pretérito refere-se à categoria Tempo e Perfeito, à categoria Aspecto. Assim compreende-se por que as gramáticas, de um modo geral, adotando a NGB, utilizem os termos Futuro do Presente (Simples) e Futuro do Presente Composto, que expressam sim Tempo Futuro, mas também se referem a dois aspectos distintos: Futuro Imperfeito e Futuro Perfeito, constituindo-se em apenas descritivos os termos Simples/Composto que se lhes apõem.

O que mais se distancia é a adoção de “Futuro do Pretérito” para o comumente denominado “Condicional”, onde se misturam duas denominações contraditórias de Tempo.

Observem-se os exemplos (9) e (10):

**(9 ) Se fosses imperador, REGERIAS o mundo.**

**(10) Se tivesses sido imperador, TERIAS REGIDO o mundo.**

Façamos um paralelo com o Latim e teríamos apenas o Pretérito Imperfeito do Subjuntivo para (9) – *Si Imperator esses, mundum REGERES* – e o Pretérito Mais-Que-Perfeito do Subjuntivo para (10) – *Si Imperator fuisses, mundum REXISSES*. Em Português, o Subjuntivo da Prótase desvela a latinidade da construção hipotética, enquanto a criação românica do Condicional analítico da Apódose conserva o caráter do Modo Hipotético. Confronte-se na Tabela 1 *supra*.

**2. Exclusão dos tempos que deixaram de ser flexionais, dado o caráter analítico do português pela sua origem no latim Vulgar e a ambiguidade na denominação dos tempos compostos**

Partindo da afirmação de MATOSO, em sua *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1975, p. 169), “As CONJUGAÇÕES PERIFRÁSTICAS devem ser entendidas, ao contrário, como PROCESSO DE FORMAÇÃO MORFOLÓGICA NA BASE DE UMA LOCUÇÃO, isto é, dois vocábulos fonológicos e morfológicos que se associam numa unidade lexical superior” (grifos meus). Não é pelo fato de termos expressões analíticas, que se trata de nova realidade, visto que é esse caráter analítico a marca das Línguas Românicas, a atestar sua origem na modalidade vulgar do Latim. Se, por um lado, temos formas sintéticas e analíticas como “quase” equivalentes no Pretérito Perfeito e no Pretérito Mais-Que-Perfeito do Indicativo, o mesmo não se pode dizer desses dois tempos no Subjuntivo.

Nas frases

**(5) O lobo IRÁ DEVORÁ-lo (o devorará).**

**(8) Então isso não TINHA ACONTECIDO (não acontecera).**

os tempos simples já estão arcaizando-se, enquanto os tempos compostos são usuais, mas com uma diferença que dificilmente se explicita em nossos livros didáticos ou nas gramáticas: considera-se tempo composto a frase (8), pelo emprego do auxiliar TER (ou haver), mas o emprego tão freqüente em Português e em outras línguas românicas do Verbo IR normalmente, quando é enfocado, não se inclui entre os tempos compostos, embora o verbo seja esvaziado de seu sentido.

No caso dos futuros, essa falta de clareza leva a verdadeiros erros: em vez de Futuro do Presente Simples e Composto e de Futuro do Subjuntivo Simples e Composto, temos a clara presença de Aspecto: Futuro Imperfeito e Futuro Perfeito do Subjuntivo, em consonância com o Indicativo.



### 3. As ditas Formas Nominais, em que a incoerência se revela mais contundente.

As Formas Nominais são entendidas apenas as sobreviventes entre as formas sintéticas, frequentes em Latim Clássico.

Veja-se a Tabela 2.

Tabela2: AS FORMAS NOMINAIS EM LATIM E EM PORTUGUES

	INFINITIVO		GERÚNDIO		PARTICÍPIO	
	Ativo*	passivo	ativo	passivo	ativo	passivo
Presente	AMÁRE <u>amar</u>	AMÁRI <u>ser amado</u>	(amandi. -o., -um *) <u>amando</u>	AMANS. -tjjs <u>sendo amado</u>	qui amatur. <u>que ama</u>	<u>que é amado</u>
Passado	AMAVISSE <u>ter amado</u>	AMATUM ESSE <u>ter sido amado</u>	tendo amado	tendo sido amado	qui amavit <u>que amou</u>	AMATUS, a, um <u>amado</u>
Futuro	AMATURUM ESSE <u>de amar</u>	AMATUMIRI <u>de ser amado</u>	havendo <u>de amar</u>	havendo <u>de ser amado</u>	AMATURUS, a, um <u>que há</u>	AMANDUS, a, um <u>de ser amado</u>

Entendo serem as Formas Nominais apenas uma espécie de apêndice incompreensível ao estudo dos verbos, a começar pela terminologia empregada: seriam as Formas Nominais apenas formas flexivas? Não se evoluiu na aplicação à categoria *Participium* que compunha uma das Partes da Oração, termo encontrado para denominar aquela categoria que participava tanto do Nome quanto do Verbo. Isso se revelava evidente no Particípio, por ser um Adjetivo Verbal, facilmente identificável em Latim, sendo o Particípio Presente (ativo) um Adjetivo da 2ª. Classe, e os dois Particípios Futuros, mais o particípio Passado Passivo, verdadeiros Adjetivos da 1ª. Classe, mas todos sem perderem suas características verbais. O Infinitivo logo foi reconhecido como sendo o Substantivo, o próprio Verbo em sua concepção plena.

Veja-se:

(11) LER esse livro é/foi/será importante.

(12) TER LIDO esse livro foi importante.

**(13) HAVER DE LER esse livro é/será importante**

A terminologia gramatical admite até haver um Infinitivo Simples e um Infinitivo Composto, incoerentemente, porque a oposição entre um e outro é claramente aspecto-temporal e é evidente a existência dos três tempos nas vozes ativa e passiva.

**(14) AMAR é bom, mas SER AMADO é ótimo.**

**(15) TER AMADO é bom, mas TER SIDO AMADO foi maravilhoso.**

**(16) HAVER DE AMAR é um sonho, HAVER DE SER AMADO é a felicidade.**

Nos exemplos acima fica evidente que o substantivo verbal não é apenas uma Forma Nominal, sintética, flexional, mas compreende essa forma verbal e outras formações locucionais verbais, todas elas Infinitivo, no valor de Substantivo Verbal, mantendo como Verbo, porém, a Voz e o Tempo-Aspecto.

Quanto ao Gerúndio, que em Latim era apenas uma flexão do Infinitivo Presente Ativo, uma verdadeira declinação Nominal, na sua qualidade de Substantivo Verbal. O Ablativo manteve-se em Português e, conservando a sua função de Adverbial, adquiriu em Português o *Status* de “Forma Nominal”, com Voz e Tempo próprias do Verbo.

Forma Nominal de um verbo é claramente o Adjetivo Verbal “Particípio Passado Passivo”. Chamá-lo apenas de Particípio revela uma falta de rigor científico, até porque em Latim tinha quatro formas flexivas, indicativas de Voz e de Tempo. O Particípio passado ativo e o Particípio presente passivo confundiam-se com as Orações Relativas. Em Português o Adjetivo Verbal é constituído fundamentalmente pelas Orações Subordinadas Adjetivas, enquanto é reconhecido apenas na única forma flexiva passiva do Português, chamada simplesmente de Particípio. A rigor, estamos diante de um Verbo, reminiscência única do Passivo sintético latino, que se

comporta sim como adjetivo, mas que pode ter até Agente da Passiva.

Por outro lado, como seria enriquecedor para uma compreensão efetiva do Verbo, analisar essa sua forma “participial”, uma verdadeira junção de duas classes de palavras, o Verbo e o Adjetivo. São apenas três formas flexionais em Português, mas quão extensa é a lista dos usos nas Orações Subordinadas Reduzidas. Mais uma vez frente ao sintético do Latim Clássico, sendo tão comum, por exemplo, a presença de Ablativos Absolutos e de Acusativos com Infinito.

A reflexão que proponho com certeza não é uma questão de terminologia, tão importante para qualquer área do saber, mas afeta a questão epistemológica que urge ser abordada. Até como uma homenagem ao nosso grande gramático Rocha Lima.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão / Bom Livro, 1975.

\_\_\_\_\_. *Estrutura da língua portuguesa*. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

CORÔA, Maria Luiza M. S. *O tempo nos verbos do português*. São Paulo: Parábola, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.